



Relatório da 16.^a reunião do Grupo de Trabalho sobre o Futuro do Acordo Internacional do Café, realizada em 5 de agosto de 2021

Item 1:	Adoção da ordem do dia	2
Item 2:	Relatório da 15. ^a reunião do Grupo de Trabalho, realizada em 8 de julho de 2021	2
Item 3:	Votos e contribuições	2
Item 4:	Papel do setor privado	4
Item 5:	Projeto do Acordo Internacional do Café de 2021	7
Item 6:	Próximas etapas	7
Item 7:	Designação do Vice-Presidente <i>ad interim</i> para 2020/21	7
Item 8:	Outros assuntos	8
Item 9:	Data da próxima reunião	8

O Grupo de Trabalho sobre o Futuro do Acordo Internacional do Café (GTFA) reuniu-se pela 16.^a vez em 5 de agosto de 2021. A Presidente, Sr.^a Stefanie Küng, da Suíça, deu as boas-vindas a todos os participantes e agradeceu aos delegados sua presença.

Representantes dos seguintes Membros estavam presentes on-line, usando o software do Zoom: Brasil, Colômbia, Cuba, Honduras, Indonésia, Japão, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Democrática do Congo, Rússia, Suíça, Togo, União Europeia (Suécia) e Vietnã.

Item 1: Adoção da ordem do dia

1. A ordem do dia que figura no documento [WGFA 71/21](#) foi adotada.

Item 2: Relatório da 15.^a reunião do Grupo de Trabalho, realizada em 8 de julho de 2021

2. A Presidente apresentou o relatório da reunião anterior, que figura no documento [WGFA-70/21](#).
3. O Grupo de Trabalho tomou nota do relatório.

Item 3: Votos e contribuições

4. Sobre votos e contribuições, a Presidente recordou a decisão dos Estados Membros de concentrar o trabalho do GTFA nas opções V1.3, C1.2.3 e C2.3, descritas no documento [WGFA-65/21 Rev. 1](#). Nesse sentido, instruíra-se a Secretaria a apresentar versões preliminares dos Artigo 12 e 20, submetidas, primeiro, ao Grupo de Redação em 23 de julho de 2021 e, depois, revisadas para levar em conta comentários feitos na reunião do Grupo de Redação.

5. Antes de apresentar relatório sobre o documento [WGFA 69/21](#), o Diretor-Executivo resumiu o progresso que se obtivera até o momento, com base nas discussões das reuniões mais recentes do GTFA:

- Decisão de romper o vínculo entre votos e contribuições, se os Membros assim o desejassem.
- Decisão de manter a distinção entre países exportadores e importadores na determinação de votos.

- Abertura à mudança, em princípio, da distinção entre países exportadores e importadores na determinação de contribuições.
- Consenso quanto à adoção de uma variável diferente para o cálculo de votos, usando uma combinação de 50% de valor e 50% de volume (opção V1.3).
- Abertura à adoção, em princípio, de uma variável diferente para o cálculo de contribuições (valor ou, então, uma combinação de volume e valor).

6. O Diretor-Executivo em seguida ilustrou as diferentes propostas incluídas no documento [WGFA 69/21](#), a saber:

- Projetos de textos para o Artigo 12 sobre votos, com base no resultado V1.3 conforme discussões anteriores no GTFA.
- Projetos de textos para o Artigo 20 sobre contribuições, com base nas duas opções que ainda estavam sendo avaliadas, C2.3 e C.1.3.
- Proposta de examinar votos fixos e básicos e um sistema de contribuições mínimas, com base no sistema atual.
- Proposta de examinar a imposição de um limite aos votos e contribuições, com base no sistema atual e restrito ao resultado V1.3 e à opção C1.2.3 (opção C2.3 excluída).

7. Duas questões pendentes discutidas anteriormente no Grupo de Redação foram trazidas à atenção do GTFA:

- Com referência aos sistemas para adesão e retirada de Membros e seu impacto orçamentário, enfatizara-se que, na hipótese de retirada, o resultado C2.3 eliminaria o efeito “duplicador” de ter-se de igualar toda redução das contribuições de uma categoria de Membros (exportadores ou importadores) através de uma redução equivalente das contribuições da outra categoria. Mais discussões para determinar como a adesão funcionaria ainda seriam necessárias.
- Quanto à questão de medidas de transição, haviam sido propostas contribuições voluntárias ao Fundo Fiduciário Público-Privado do Café por Membros que se beneficiassem da mudança da metodologia para o cálculo de contribuições.

8. Antes de abrir a discussão do tópico, a Presidente frisou a importância de reduzir as opções relativas a contribuições, como já se havia feito no caso dos votos, quando uma preferência geral pelo resultado V1.3 fora manifestada.

9. O delegado do Vietnã reiterou sua preferência pela proposta apresentada por seu país de calcular votos com base em 100% de volume (V1.2). Nesse sentido, tanto a Presidente quanto o Diretor-Executivo recordaram que ainda não se tomara uma decisão final e que, portanto, o resultado V1.2 ainda estava sobre a mesa.
10. O delegado do Brasil lembrou que este ponto fora objeto de extensas discussões nas reuniões anteriores, na última reunião do Grupo de Redação inclusive. A maioria dos Membros se manifestara persistentemente a favor da combinação de 50%-50% para o cálculo de contribuições e votos. Ele instou o GTFA a passar adiante e se concentrar no papel do setor privado.
11. O delegado do Vietnã informou que apresentaria novo relatório ao Governo do Vietnã e voltaria ao GTFA com uma decisão final sobre o tópico.
12. A Presidente informou que o Governo da Suíça tinha uma preferência clara pela opção C2.3, especialmente devido às modalidades de adesão e retirada que ela previa.
13. O delegado do México se manifestou a favor do consenso alcançado em relação a votos, acrescentando que a opção de basear o cálculo em 100% de comércio não refletia o espírito de outras iniciativas da OIC. Embora implicasse um aumento das contribuições do México, a opção C1.2.3 ainda era a melhor de todas para a Organização no médio e no longo prazo.
14. Com respeito a contribuições e, em específico, ao ponto pendente sobre adesão e retirada, o Diretor-Executivo lembrou que os Membros haviam sugerido enfaticamente que a Secretaria identificasse um mecanismo que permitisse que a Organização se beneficiasse da adesão de novos Membros. Nesse sentido, a Secretaria continuaria a trabalhar para identificar uma solução viável, a ser apresentada na próxima reunião do GTFA.
15. Com respeito aos Artigos 12 e 20, o delegado do Japão informou que seu país em breve apresentaria formalmente propostas escritas à Secretaria.

Item 4: Papel do setor privado

16. A Presidente recordou que nas reuniões anteriores os Membros haviam posto em relevo a importância de integrar e garantir representação no sistema de governança da OIC não só ao setor privado, mas também à sociedade civil, assegurando uma voz também às associações de pequenos cafeicultores e do setor.

17. O Chefe de Operações resumiu a discussão desenvolvida até o momento sobre o papel do setor privado no âmbito do próximo AIC, refletido nos pontos abaixo:

- Diferentes modelos para a participação de entidades não governamentais (UIT, OMT/UNWTO, OIT, etc.) e de opções para a estrutura institucional haviam sido discutidos;
- Acordo geral quanto à necessidade de manter a natureza intergovernamental da OIC.
- Acordo quanto a integrar formalmente a Força-Tarefa Público-Privada do Café (FTPPC) no AIC de 2021.
- Acordo quanto a reformar a Junta Consultiva do Setor Privado (JCSP) e substituí-la pelo estabelecimento de um órgão de Membros Afiliados (MBA), compreendendo o setor privado e a sociedade civil (ONGs, mundo acadêmico, parceiros de desenvolvimento, etc.).

18. O Chefe de Operações enfatizou a importância de acordar definições de “setor privado” e “terceiro setor / sociedade civil” no âmbito do novo AIC, sobretudo para evitar mal-entendidos acerca dos respectivos papéis e engajamento com a OIC e para definir a quem se consentiria ser Membro Afiliado. Nesse sentido, a Secretaria sugeria o uso de definições que os Estados Membros da OIC já subscreviam através de sua participação em outras organizações internacionais (FAO, PNUD, etc.). A apresentação, com as definições, encontra-se anexada a este relatório.

19. Com respeito ao órgão dos Membros Afiliados, o Chefe de Operações destacou a necessidade de, primeiro, acordar o princípio da afiliação e, então, definir: i) quem poderia ser Membro (com base nas definições referidas no parágrafo 18); ii) as modalidades de adesão e engajamento com o Conselho Internacional do Café (CIC); iii) as normas regulando a participação ao abrigo do novo AIC; iv) os benefícios relacionados com o status de “Membro Afiliado”.

20. A Presidente ofereceu a palavra aos participantes, para comentários.

21. Na opinião do delegado do Brasil, Membros Afiliados deveriam ser apresentados e endossados por um Estado Membro da OIC, antes da submissão de sua aprovação ao CIC. Especificamente com referência a Membros Afiliados, apoio foi externado pela adesão de associações, excluindo empresas privadas e, dessa forma, permitindo a representação do setor privado como um todo e não individualmente. O delegado do Brasil apoiava a ideia de conceder aos Membros Afiliados a possibilidade de participar das sessões do CIC, sem direito de voto e, em princípio, com o direito de intervir. Ele afirmou que aprovava a criação de uma estrutura de taxas para fins de participação, a ser aplicada igualmente a todos os potenciais Membros Afiliados.

22. A delegada da Nicarágua externou preocupação com o risco de privar a OIC de sua natureza intergovernamental na hipótese de permitir-se que Membros Afiliados participassem do CIC. Participação e colaboração mais ampla com o setor privado e o terceiro setor eram desejáveis, mas o processo decisório deveria continuar a ser uma prerrogativa dos Estados Membros. Com respeito à adesão de Membros Afiliados, ela apoiava a ideia da apresentação e endosso de novos Membros pelos Estados Membros, mas discordava da aplicação de uma taxa de adesão, que a seu ver impediria que associações de produtores – especialmente dos pequenos países – participassem do diálogo com a OIC.

23. Em resposta à delegada da Nicarágua, o delegado do Brasil afirmou que uma taxa simbólica seria uma maneira de assegurar o empenho do Membro Afiliado para com a OIC e criar um sentido mais real de participação na Organização. A criação de um comitê misto *ad hoc* composto de representantes do setor privado e sociedade civil e de todos os Estados Membros talvez fosse uma opção viável para permitir um diálogo direto e constante entre as partes antes de cada sessão do CIC, assim evitando intervenções abertas de representantes de entidades não governamentais dentro do CIC.

24. O Chefe de Operações esclareceu que, das opções para discussão do papel setor privado no âmbito do AIC, nenhuma alteraria o caráter intergovernamental da OIC, pois o poder decisório sempre pertenceria aos Membros. Permitir que porta-vozes do setor privado e da sociedade civil fizessem apresentações e relatórios ao CIC seria uma maneira de dar voz a suas preocupações, trazendo-as à atenção do CIC.

25. Respondendo ao Chefe de Operações, a Presidente confirmou que havia um consenso geral quanto à disposição de conferir afiliação/integração no quadro de Membros não só ao setor privado como também à sociedade civil, dessa forma garantindo plena participação a todo o setor cafeeiro.

26. O delegado de Honduras disse que apoiava irrestritamente uma participação mais ampla do setor privado e especificou que procedimentos mais claros precisariam ser definidos para esclarecer o papel do setor dentro da OIC. Nesse sentido, ele informou que apresentaria algumas propostas na próxima reunião do GTFA.

27. Considerando que os valiosos aportes dos delegados também haviam obtido consenso, em princípio, dos outros representantes dos Estados Membros, o Diretor-Executivo informou que a Secretaria redigiria propostas concretas sobre o tópico.

Item 5: Projeto do Acordo Internacional do Café de 2021

28. A Presidente recordou que se solicitara à Secretaria que, com base nas deliberações das reuniões do GTFA, estruturasse um projeto de Acordo Internacional do Café (AIC). Embora nem todas as delegações que prometeram enviar propostas houvessem feito isso, ela propôs que o Grupo de Redação se reunisse em 19 de agosto para começar a examinar o projeto de texto do novo Acordo. A Presidente informou que o Grupo de Redação deveria começar pelo Preâmbulo, cujo projeto de texto seria disponibilizado para editoração on-line pela Secretaria.

Item 6: Próximas etapas

29. Sobre votos e contribuições, a Presidente notou a existência de consenso geral quanto ao uso das opções V1.3 e C2.3, respectivamente. Ela frisou, todavia, que o Vietnã apoiava a opção V1.2 para votos e a opção C2.2 ou C1.2.2 para contribuições, enquanto o delegado do México favorecia a opção C1.2.3 para contribuições.

30. Além disso, o Japão apresentaria formalmente propostas escritas relacionadas com os projetos de textos dos Artigos 12 e 20 que figuram no documento [WGFA 69/21](#).

31. A Presidente informou que a Secretaria também apresentaria propostas preliminares sobre as questões pendentes.

32. Com referência ao papel do setor privado, a Presidente informou que a Secretaria prepararia propostas preliminares, com base na discussão e nos aportes recolhidos durante a reunião do GTFA. A Presidente também confirmou que Honduras apresentaria à Secretaria minutas de propostas relativas ao tópico.

33. Ela informou que o Grupo de Redação se reuniria em 19 de agosto, para começar a examinar o Preâmbulo do AIC de 2021.

Item 7: Designação do Vice-Presidente *ad interim* para 2020/21

34. Em prosseguimento da discussão deste item, a Presidente perguntou ao Embaixador Marco Farani, em sua capacidade de porta-voz dos Membros exportadores, se um nome fora identificado para designação como Vice-Presidente *ad interim* do GTFA.

35. O Embaixador Farani informou que o sr. Mick Wheeler, delegado de Papua-Nova Guiné, fora designado pelos Membros exportadores como Vice-Presidente *ad interim* do GTFA.

36. A Presidente reconheceu a designação do Vice-Presidente *ad interim* para 2020/21.

Item 8: Outros assuntos

37. O delegado do Brasil recordou aos Membros presentes que o prazo para a apresentação de candidaturas ao cargo de Diretor-Executivo vencera em 30 de julho de 2021. Três Membros haviam apresentado candidatos: Brasil, República Democrática do Congo e Vietnã.

38. O Diretor-Executivo confirmou que um documento atualizando informações sobre o processo de designação seria distribuído em breve, para facilitar a avaliação da elegibilidade das candidaturas pelo Comitê de Finanças e Administração.

39. Não se solicitou a discussão de nenhum outro assunto.

Item 9: Data da próxima reunião

40. A Presidente notou que a próxima reunião do GTFA seria realizada em 6 de setembro de 2021.

16th MEETING OF THE WORKING GROUP ON THE FUTURE OF THE ICA 2007

Chair: Ms Stefanie Küng, of
Switzerland

Thursday 5 August 2021



INTERNATIONAL
COFFEE
ORGANIZATION

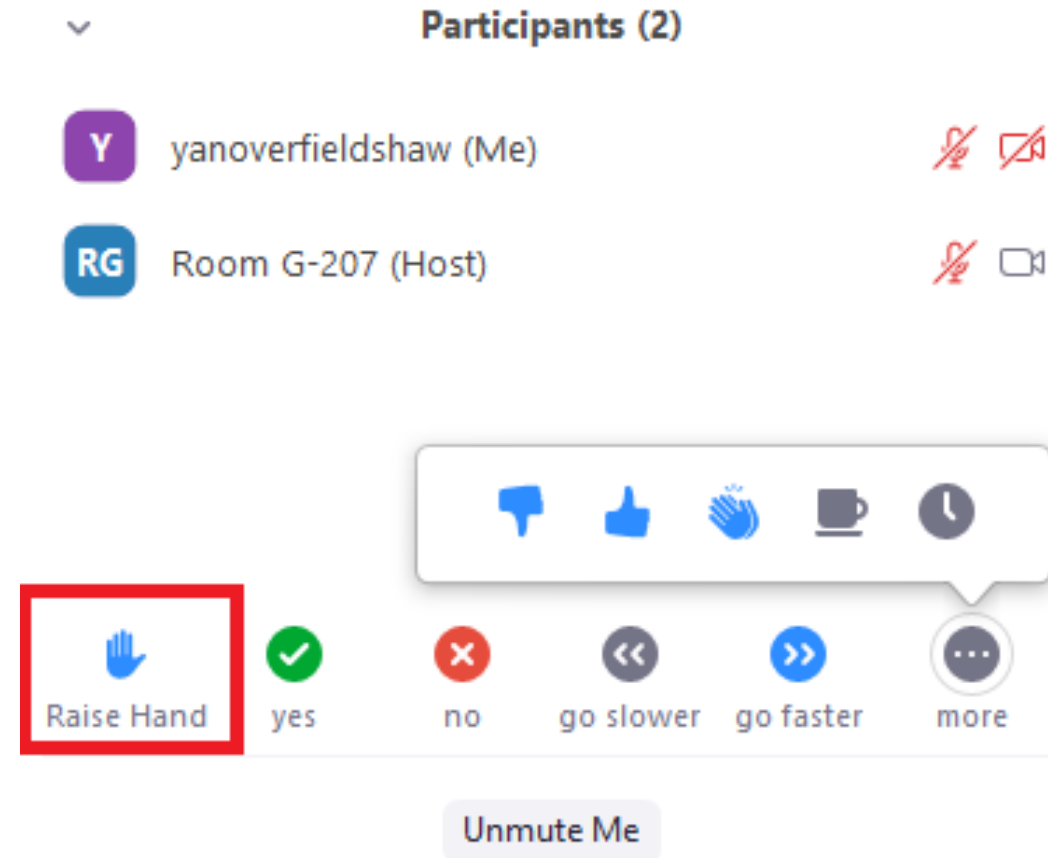
PROCEDURE ON HOW TO MAKE AN INTERVENTION

1. All Members are on 'mute' except for the Chair and the Executive Director. This is to reduce noise interruptions during the meeting.

2. If a Member would like to make a verbal intervention, please click on participants and press 'Raise Hand', then the Chair will give you the floor and you can unmute your microphone.

3. When asking a question Members can share their camera if they wish.

4. As a backup option – written questions can also be sent by text to the organizer in the Zoom chat.



DRAFT AGENDA (WGFA-71/21)

1. Draft Agenda – *to adopt*
2. Report of the 15th meeting – *to note*
3. Votes and contributions – *to consider*
4. Role of the private sector – *to consider*
5. Draft of the International Coffee Agreement 2021 – *to consider*
6. Next steps – *to agree*
7. Appointment of Vice Chair *ad interim* – *to appoint*
8. Other business – *to consider*
9. Date of next meeting – *to note*

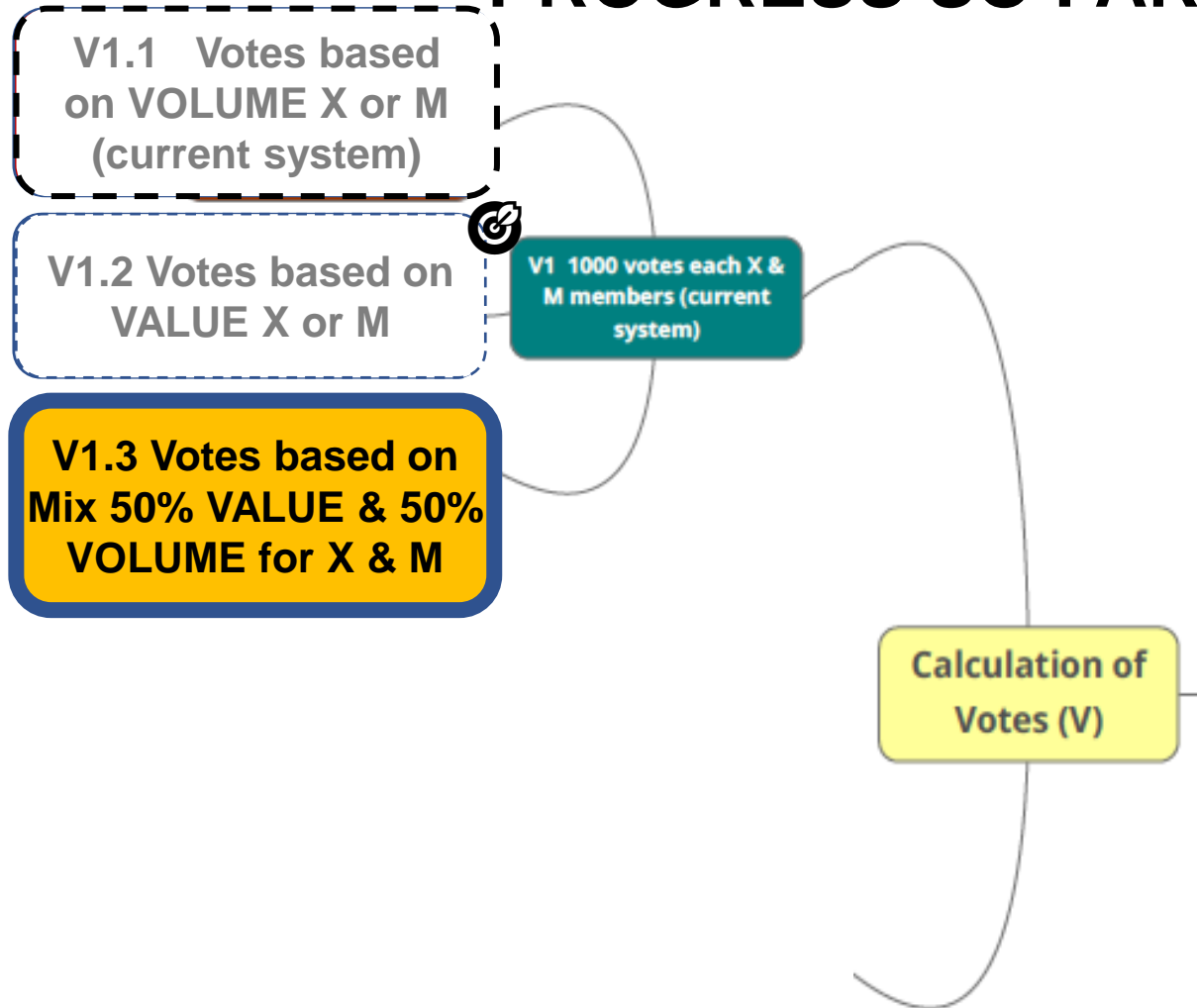
**Item 2. REPORT OF THE 15TH MEETING OF THE
WORKING GROUP - *to note (WGFA–
70/21)***

Item 3. VOTES AND CONTRIBUTIONS – *to consider (WGFA-69/21)*

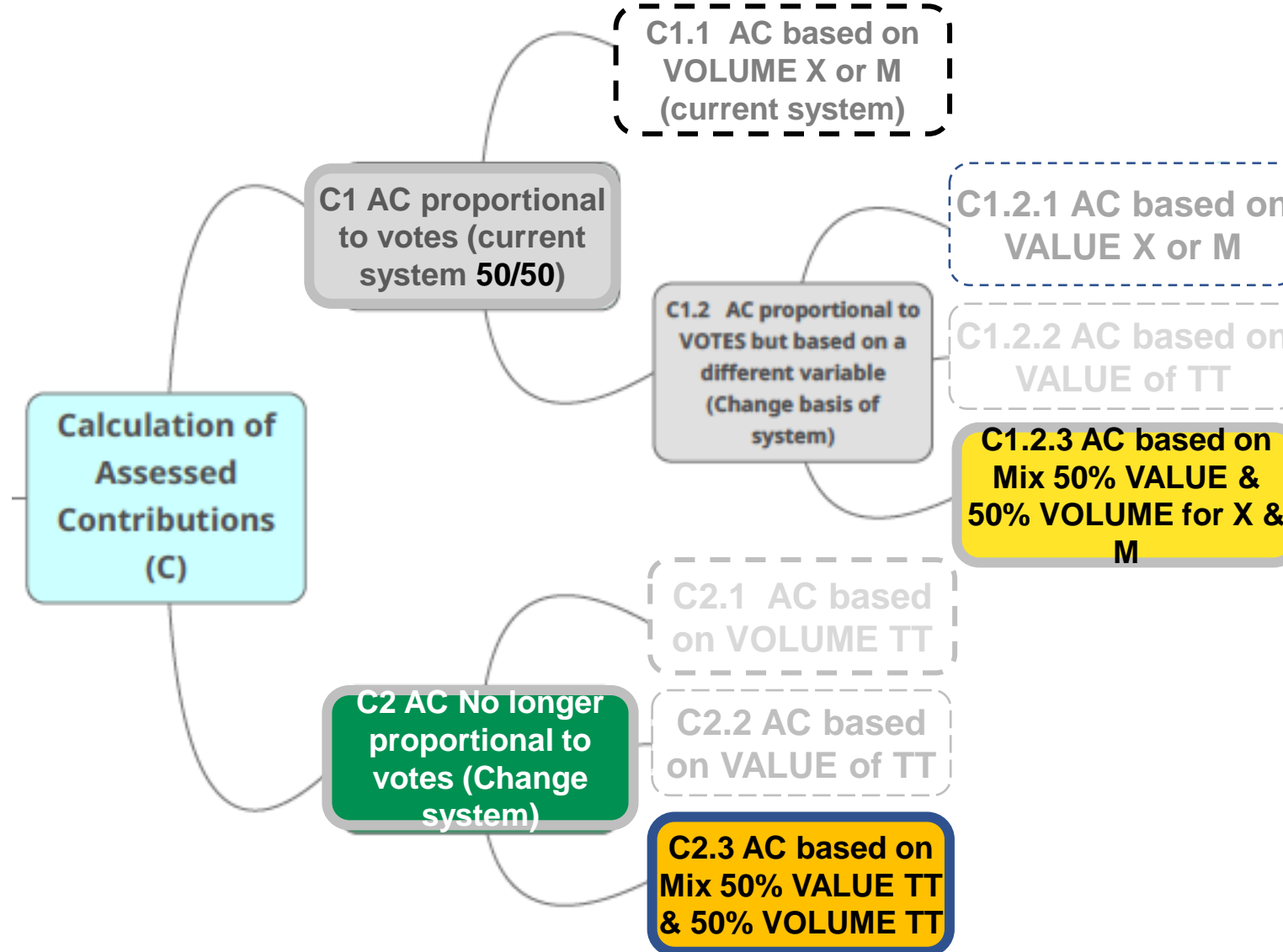
VOTES & CONTRIBUTIONS – PROGRESS SO FAR

- 1) Linking or delinking VOTES and CONTRIBUTIONS - **DELINK**
- 2) Maintaining or changing the distinction between exporting and importing countries in the determination of VOTES - **MAINTAIN**
- 3) Maintaining or changing the distinction between exporting and importing countries in the determination of CONTRIBUTIONS – **IN PRINCIPLE, CHANGE**
- 4) Maintaining **volume** of imports or exports as the basis for calculation of VOTES – **CHANGE & USE DIFFERENT VARIABLE = MIX 50% VALUE & 50% VOLUME**
- 5) Maintaining **volume** of imports or exports as the basis for calculation of CONTRIBUTIONS or using a **different variable** (value, total trade or a combination of the above) – **IN PRINCIPLE, CHANGE & USE DIFFERENT VARIABLE = MIX 50% VALUE & 50% VOLUME**

PROGRESS SO FAR - VOTES (**SELECTED**)



PROGRESS SO FAR - CONTRIBUTIONS (SELECTED)



VOTES & CONTRIBUTIONS (WGFA-69/21)

Proposals included in document:

- Narrow down options for calculation of contributions and budget formation – **Draft texts for Article 12 and 20, based on Outcomes V1.3; C2.3 and C1.2.3**
- Review fixed vs basic votes and minimum contributions – **Based on existing system**
- Review cap on votes and contributions – **Based on existing system for V1.3 and C1.2.3; excluded for C2.3**

VOTES & CONTRIBUTIONS

Pending issues:

- Examine systems regarding accession and withdrawal of Members and impact on budget:
 - In cases of withdrawal, Outcome C2.3 will eliminate “doubling” effect, wherein any reduction in the contributions of one category of Members (exporting or importing) must be matched by an equal reduction in the contributions of the other category
 - In cases of accession, to be determined
- Transitional arrangements:
 - Propose voluntary contributions to the Coffee Public-Private Trust Fund from Members that benefit from change in methodology for calculation of contributions
 - Others: required?

VOTES & CONTRIBUTIONS (WGFA-69/21)

Contents:

- Draft of Article 12, based on V1.3
- 2 drafts of Article 20, based on C2.3 and C1.2.3
- Tables with distribution of votes for V1.3
- Tables with distribution of contributions for C2.3 and C1.2.3
- Comparison tables with existing system
- Comparison graphs

Item 4. **ROLE OF THE PRIVATE SECTOR** – *to consider*

Options for increasing engagement, institutional Framework and non-governmental Membership

SUMMARY

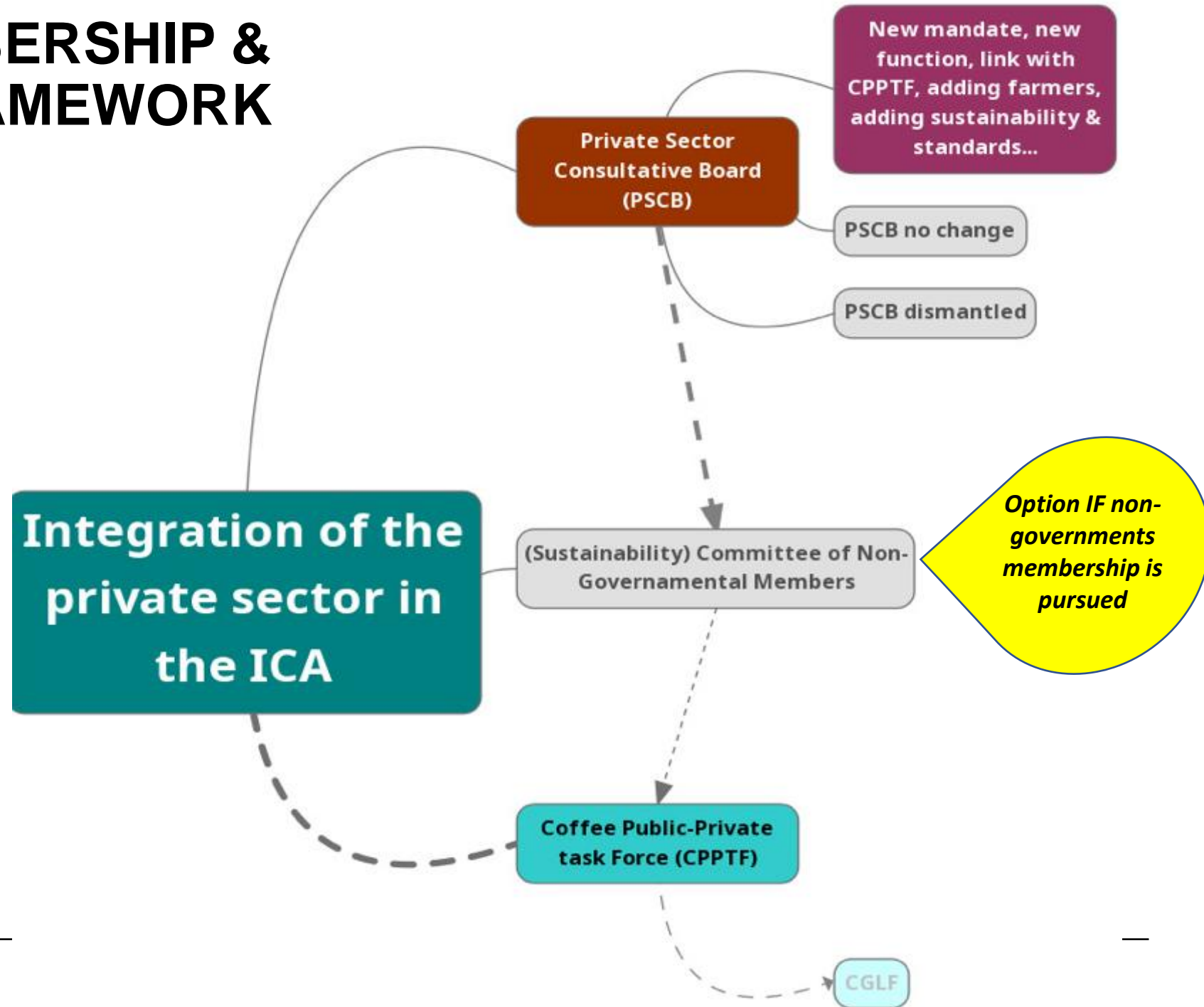
- A. DIFFERENT MODELS FOR NON-GOVERNMENTS MEMBERSHIP AND INSTITUTIONAL FRAMEWORK – OPTIONS DISCUSSED
- B. FORMS OF MEMBERSHIP & INSTITUTIONAL FRAMEWORK
- C. INSTITUTIONAL FRAMEWORK AND NON-GOVERNMENTAL MEMBERSHIP- PROGRESS SO FAR
- D. OTHER INSTITUTIONAL FRAMEWORK & MEMBERSHIP OPTIONS: THE REFORM OF THE PSCB
- E. AFFILIATION TO THE ICO – NON-GOVERNAMENTAL MEMBERSHIP

ANNEX (DEFINITION BY FAO, UNDP, ECOSOC)

A. DIFFERENT MODELS FOR NON-GOVERNMENTS MEMBERSHIP AND INSTITUTIONAL FRAMEWORK OPTIONS DISCUSSED

- **Different models analyzed** (Other inter-governmental organizations, such as the United Nations, the International Telecommunication Union (ITU), the United Nations World Tourism Organization (UNWTO) and the International Labour Organization (ILO) as well as ICBs)
- **Inter-governmental scope** of the ICO UNCHANGED
- **“SOME FORM OF” Membership extended NOT ONLY TO** the private sector **BUT ALSO** to civil society, academia and development partners (nations/regional/international)

B. FORMS OF MEMBERSHIP & INSTITUTIONAL FRAMEWORK



C. INSTITUTIONAL FRAMEWORK AND NON-GOVERNMENTAL MEMBERSHIP: PROGRESS SO FAR

- 1) Coffee Public-Private Task Force – **AGREED - INTEGRATED IN ICA 2021**
- 2) Private Sector Consultative Board (PSCB) – **TO BE REFORMED**

C. INSTITUTIONAL FRAMEWORK AND NON-GOVERNMENTAL MEMBERSHIP: PROGRESS SO FAR

- 1) **MAINTAIN** intergovernmental nature of the ICO
- 2) **INTEGRATE** the **Coffee Public Private Task Force (CPPTF)** in the ICA
 - CPPTF already been established by decision of the ICC
 - Effective instrument for building consensus and shared visions, as well as promoting actions by governments (ICO Members) and the private sector, while also engaging all key coffee-related institutions, NGOs, international and financial institutions/development partners and research bodies and academia.
 - Based on balance (50/50) between public and private sectors (sherpas)
 - Supported by observers and other stakeholders through the Technical Workstreams
 - Consensus building and recommendations submitted to the ICC for endorsement and to the CEO and Global leaders Forum

D. OTHER INSTITUTIONAL FRAMEWORK AND MEMBERSHIP OPTIONS – REFORM THE PSCB

3) **REFORM** the Private Sector Consultative Board (PSCB) and **REPLACE** it by **ESTABLISHING** a committee/body of affiliate members (AMB):

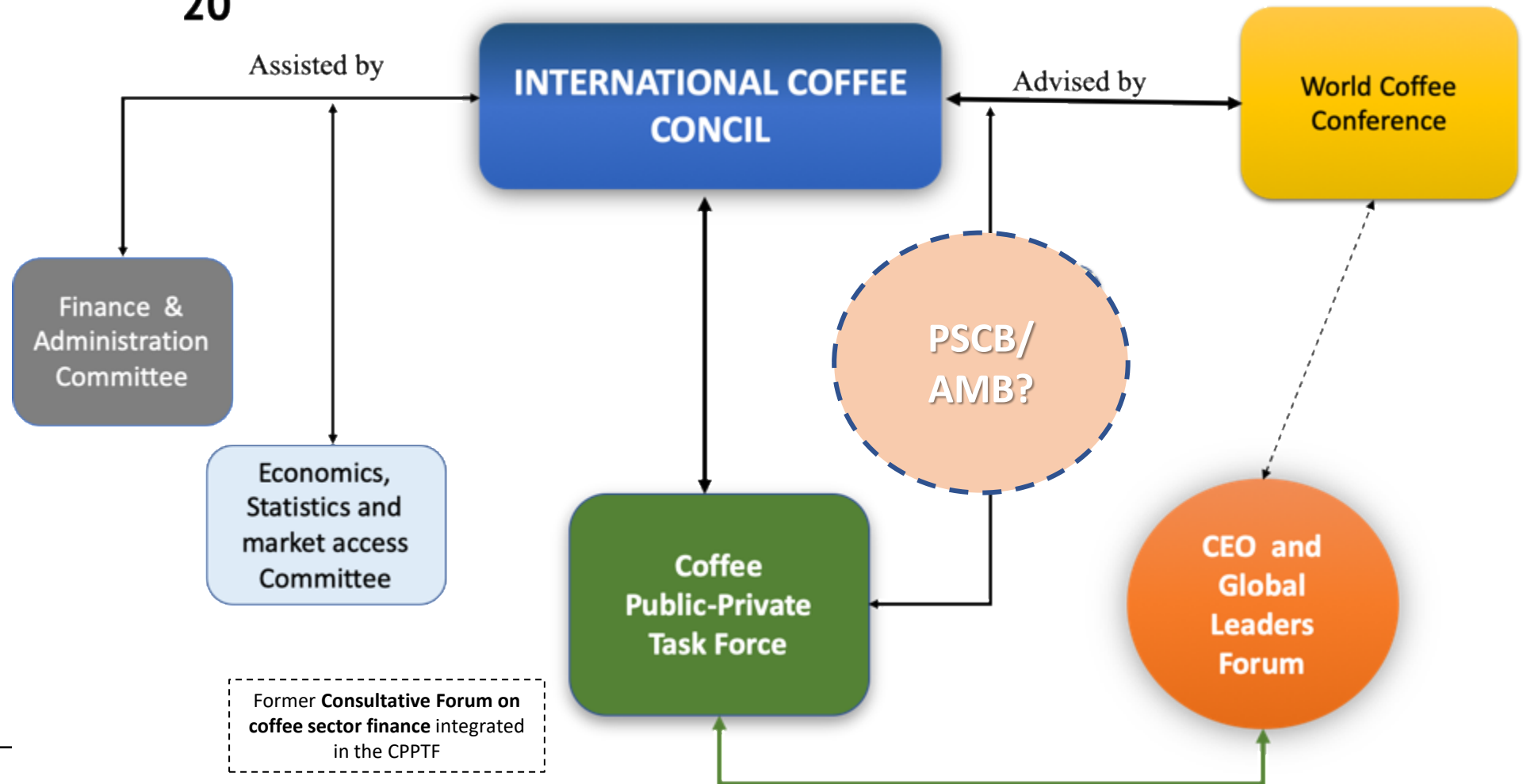
- Private sector
- Civil Society/Third sector
 - NGOs
 - Academia
 - Development partners and other interested entities

(UN/UNWTO model and related to the proposal of the Chair of PSCB)

RECOMMENDATIONS FOR THE NEW ICA (previous submission)

A. Streamlining the ICO governance structure in a new ICA

20



E. AFFILIATION TO THE ICO - NON-GOVERNMENTAL MEMBERSHIP

The new ICA MUST DEFINE what is “private sector” and what is the “third sector/civil society”:

- a) To avoid misunderstanding and possible confusion of roles and engagement with the ICO
- b) To define who is allowed to be an affiliated Member

Definitions: Best to refer to definitions already approved by ICO members through their membership with FAO, United Nations, UNDP.... (See Annex 1)

E. AFFILIATION TO THE ICO - NON-GOVERNMENTAL MEMBERSHIP

AFFILIATION

- 1) Affiliate members can be both private and public & national, regional, and international entities of the private Sector and civil society (*based on agreed definitions*)
- 2) An Affiliate Members Group/Body/Committee/Board (AMB) will be established
- 3) A procedure for the ICO to accept Affiliate members will be defined (country of origin, adherence to ICA objectives)
- 4) Through the AMB all non-governmental entities can benefit by accessing the ICO as a platform for dialogue and to voice their opinions to ICO members and all stakeholders

E. AFFILIATION TO THE ICO - NON-GOVERNMENTAL MEMBERSHIP

AFFILIATION

- 5) Affiliate members can attend open sessions of the ICC and related meetings as observers
- 6) A simple fee structure will be defined (on a voluntary basis for different categories) and linked to access to ICO statistics, other info and events
- 7) The AMB may be close to the proposal by the Chair of the PSCB on the establishment of a “matching body” to the IC
- 8) Two representatives of the Affiliate members (i.e. Chair & Vice-Chair) will become members of the CPPTF
- 9) Affiliate members can be members (sherpas) of the CPPT

CONCLUSION

1. Approve ICO Definitions
2. Approve articles for incorporating the CPPTF
3. Agree on the principle of affiliation
4. Define modalities/procedures for accession and engagement rules **with the ICC**
5. Draft and agree on ICA articles

**Item 5. DRAFT OF THE INTERNATIONAL
COFFEE AGREEMENT 2021 – *to
consider***
(WGFA-56/21 Rev. 1)

6. NEXT STEPS – *to agree*

1) Votes and Contributions

- Consensus on using V1.3 and C2.3
- However:
 - Viet Nam supports V1.2 for votes, and C2.2 or C1.2.2 for contributions
 - Mexico supports C1.2.3
 - Japan will present proposals on proposed texts of Articles 12 and 20
- Secretariat will prepare proposals on pending issues

2) Role of Private Sector

- Secretariat will prepare draft based on discussions in WGFA
- Honduras will present draft proposals to the Secretariat

3) Draft Agreement: start review with Preamble (Drafting Group)

7. APPOINTMENT OF VICE CHAIR a.i. – *to appoint*

8. OTHER BUSINESS – *to consider*

9. DATE OF NEXT MEETING – *to note*

THANK YOU!



**INTERNATIONAL
COFFEE
ORGANIZATION**

**ANNEX:
DEFINITIONS OF
PRIVATE SECTOR
AND CIVIL
SOCIETY/THIRD
SECTOR**



**INTERNATIONAL
COFFEE
ORGANIZATION**

F. AFFILIATION TO THE ICO - NON-GOVERNAMENTAL MEMBERSHIP DEFINITIONS

1) FAO STRATEGY FOR PARTNERSHIPS WITH CIVIL SOCIETY (separation Private sector vs Civil Society)

Civil Society: A definition

- In 1998 the UN defined civil society as: “**the sphere in which social movements organize themselves around objectives, constituencies, and thematic interests.**”
- Civil society is a broad category which encompasses a wide variety of organizations, which although different, often share certain common goals, resources and/or approach in order to maximize their decision-making capacity, advocacy and knowledge.
- FAO strategy considers civil society as **those non-state actors who fit within three main categories**
 - **member-based organization,**
 - **non-governmental organization and**
 - **social movement** (that work in the areas related to FAO’s mandate).

.....For the scope of FAO Strategy, **any national or international non-governmental organization (INGO), association or foundation which has been set up by private entities**, therefore stemming from a **profit-seeking perspective**, as well as **cooperatives**, which generally have for-profit orientations, will be considered under the Strategy for partnerships with the private sector.

F. AFFILIATION TO THE ICO - NON-GOVERNAMENTAL MEMBERSHIP DEFINITIONS

2) FAO STRATEGY FOR PRIVATE SECTOR ENGAGEMENT 2021-2025 (**separation Private sector and Civil Society**)

(It defines also the required engagement and conditions)

SCOPE OF THE PRIVATE SECTOR:

For the purposes of this Strategy, FAO considers the private sector to encompass a broad array of entities, ranging from farmers, fishers, foresters, livestock herders, and MSMEs (including cooperatives, farmers/fishers/foresters/livestock producers' organizations and social enterprises) to large firms, both domestic and multinational companies, and philanthropic foundations.

This Strategy also takes account of **industry and trade associations and consortia** that represent private sector interests.

Any consortium, organization or foundation largely funded or governed by private entities will be considered private sector, **as well as state-owned enterprises (SOEs).**

REMARKS *Academia and research institutions are not covered by this new Strategy.*

F. AFFILIATION TO THE ICO - NON-GOVERNAMENTAL MEMBERSHIP DEFINITIONS

REFERENCES:

FAO STRATEGY FOR PRIVATE SECTOR ENGAGEMENT 2021-2025 (**separation Private sector and Civil Society**)

It defines also the required engagement and conditions

Table 1. Types of private sector entity FAO plans to engage

Farmers and farmers' organizations¹⁰	Farmers (including small-scale and family farmers) and farmers' organizations are important constituents, not only as private sector entities and agents of change, but also as beneficiaries of private sector engagement. FAO is committed to facilitating the advancement of the UN Decade on Family Farming and continues to prioritize its work focusing on family farmers, small-scale fishers and foresters.	Micro-, small and medium-sized enterprises (MSMEs)	Micro-, small and medium-sized agri-food and rural non-farm enterprises, including start-ups, play a critical role in achieving food security and eradicating poverty. FAO promotes the development of MSMEs as key drivers in realizing the socio-economic potential of the agri-food and rural non-farm sectors, with special emphasis on youth- and women-led businesses.
Producers' organizations and cooperatives¹¹	Producers' organizations and cooperatives play a pivotal role in empowering farmers, fishers and foresters, helping them to access markets, technologies and financial services, but also in boosting their productivity and capacity to innovate.	Large firms: large national and multinational companies, including state-owned enterprises	Large firms (including large national and multinational companies and SOEs). Multinational corporations and companies have developed bilateral private sector partnerships with FAO on a broad range of thematic topics in recent years.

F. AFFILIATION TO THE ICO - NON-GOVERNAMENTAL MEMBERSHIP DEFINITIONS

REFERENCES:

FAO STRATEGY FOR PRIVATE SECTOR ENGAGEMENT 2021-2025 (**separation Private sector and Civil Society**)

It defines also the required engagement and conditions

Table 1. Types of private sector entity FAO plans to engage

Financial institutions	Financial institutions, including international and national development banks, commercial banks and private investors, impact investors and other private investment institutions play a critical role to improve the investment process and capitalize on the potential of innovative finance to de-risk and mobilize private investment to achieve the SDGs.
Industry, trade associations and private sector consortia¹²	Industry, trade associations and consortia allow FAO to achieve greater impact through collaborations with a range of committed, like-minded stakeholders that have the capacity to scale up for impact in terms of achieving the SDGs and food security and nutrition.
Philanthropic foundations	Philanthropic foundations have a pivotal role to play in achieving the 2030 Agenda and are an important source of financing for development.

F. AFFILIATION TO THE ICO - NON-GOVERNAMENTAL MEMBERSHIP DEFINITIONS

UNDP STRATEGY FOR PRIVATE SECTOR

Table 1. Types of private sector entity FAO plans to engage

Annex I. UNDP's definition of the private sector

The private sector is a basic organizing principle of economic activity in a market-based economy where private ownership is an important factor, where markets and competition drive production, and private initiative and risk-taking set activities in motion.

The private sector includes a wide range of **market actors** that may operate either in the **informal or formal economy**:

- **Multinational companies** with global reach and operations (e.g. from the North and the South, and with wide presence in multiple countries, including in UNDP programme countries);
- **Large domestic companies**;³
- Micro, small and medium enterprises⁴ (**MSMEs**);
- **Business intermediaries and interlocutors** such as Chambers of Commerce and Industry, business associations, innovative alliances, business roundtables, stock exchanges and **a new generation of cooperatives**.
- **Social enterprises** and other innovative constellations formed to address a specific development issue or cause;
- **Mutual organizations** (such as Visa, MasterCard, asset management companies, cooperative banks, mutual saving banks, credit unions, mutual insurance/assurance and health care companies); and
- **State Owned Enterprises (SOE)**,⁷ i.e. either wholly or partially owned by a government and that engage in commercial activities as part of an open market system.

F. AFFILIATION TO THE ICO - NON-GOVERNAMENTAL MEMBERSHIP DEFINITIONS

UNDP STRATEGY FOR PRIVATE SECTOR

Table 1. Types of private sector entity FAO plans to engage

UNDP's Definition of Private Sector



Note: Sporadic, non-commercial income generating activities by individuals are not considered to be in the private sector

ECOSOC and NGOs

ECOSOC consultative status

ECOSOC remains the only main UN body with a formal framework for NGO participation.

This accreditation framework benefits both the United Nations and the NGOs. As stated by resolution 1996/31 on the “Consultative relationship between the United Nations and non-governmental organizations,” “... Consultative arrangements are to be made, on the one hand, for the purpose of enabling the Council or one of its bodies to secure expert information or advice from organizations having special competence in the subjects for which consultative arrangements are made, and, on the other hand, to enable international, regional, sub-regional and national organizations that represent important elements of public opinion to express their views.”

— ECOSOC resolution 1996/31, part II, paragraph 20

ECOSOC and NGOs

While ECOSOC has the opportunity to avail itself of valuable and expert advice from NGOs, the NGOs in turn also **have the opportunity of expressing their views and influencing the work of the Council.**

NGOs have specialized competence, hands-on experience and flexibility that is of great value to the UN. For instance, by having consultative status, a NGO could:

- Provide expert analysis on issues directly from its experience in the field;
- Serve as an early warning agent;
- Help monitor and implement international agreements;
- Help raise public awareness of relevant issues;
- Play a major role in advancing United Nations goals and objectives; and
- Contribute with essential information at organization events.

ECOSOC and NGOs

On the other hand, ECOSOC provides NGOs the opportunity to be heard by a truly global audience and contribute to its agenda.

A NGO with consultative status can:

- Attend international conferences and events;
- Make written and oral statements at these events;
- Organize side events;
- Enter United Nations premises; and
- Have opportunities to network and lobby.

Please note that ECOSOC does not provide funding or financial support of any kind to any organization with which it partners. However, social networking at ECOSOC events allows organizations to expand their contacts and knowledge base to explore possible partnerships and joint ventures with various stakeholders.

ECOSOC and NGOs

The application process

Consultative relationships with ECOSOC may be established with international, regional, sub-regional, and national non-governmental, non-profit, public or voluntary organizations.

Main requirements to determine eligibility for consultative status with ECOSOC include, among others:

- The work of the NGO must be relevant to the work of ECOSOC;
- It must have a transparent and democratic decision-making mechanism and a democratically adopted constitution;
- It must have an established headquarters with an executive officer;
- It must have been in existence for at least 2 years in order to apply;

ECOSOC and NGOs

- It should have the authority to speak for its members;
- It should have a representative structure;
- It must have appropriate mechanisms for accountability; and
- It must provide to the Committee financial statements, including contributions and other support, and expenses, direct or indirect.

NGOs affiliated with an international organization already in consultative status with ECOSOC can be granted consultative status by the ECOSOC Committee on NGOs if they demonstrate that their programme of work is of direct relevance to the aims and purpose of the United Nations.

An organization that applies for consultative status should attest that it has been in existence for at least two years as at the date of receipt of the application by the Secretariat.

— ECOSOC resolution 1996/31, part IX, paragraph 61(h)

Six simple steps to obtain consultative status with ECOSOC:

Each step of the application process is described in detail in the following pages. The steps included in the process of your application and subsequent review and approval by ECOSOC are the following:

- Creating a profile for your organization;
- Submitting the online application which includes a questionnaire and supporting documentation;
- Initial screening of your application by the NGO Branch to ensure that your application is complete;
- Review of your application by the ECOSOC Committee on NGOs at its regular session in January or at its resumed session in May every year;
- Recommendation by the Committee;
- Decision taken by ECOSOC on your application in April (for applications considered at the regular session) and July (for applications